

ESTRATÉGIA PARA A TRANSIÇÃO ALIMENTAR NA ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA



TÍTULO

Estratégia para a Transição Alimentar na Área Metropolitana de Lisboa

EQUIPA AML (PROMOTOR)

Filipe Ferreira (Coordenação)
João Lopes
Filipa Gil

EQUIPA CCDRLVT (PARCEIRO)

Carlos Pina (Coordenação)
Alexandra Almeida
Linda Pereira
Lara Marques

EQUIPA ICS ULISBOA

Rosário Oliveira (Coordenação)
João Mourato
Mónica Truninger
Fernanda Linares Ceballos
Gabriel Spínola Garcia Távora

Edição

Área Metropolitana de Lisboa | Julho de 2024
Número de páginas | 65
Publicação digital
Design e paginação | Marta Horta Design Studio

SUMÁRIO EXECUTIVO

O documento apresenta as componentes fundamentais da Estratégia para a Transição Alimentar na área metropolitana de Lisboa (ETA-AML), promovida pela Área Metropolitana de Lisboa (AML), em parceria com a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDRLVT), e com a coordenação técnica e científica do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS - ULisboa)

A partir de uma síntese da caracterização e diagnóstico do sistema alimentar metropolitano é feito um enquadramento conceptual no contexto da transição alimentar, definido o posicionamento da transição alimentar no quadro estratégico da AML, apresentado o referencial estratégico, que inclui seis eixos estruturantes para um plano composto por dezoito ações, proposto um primeiro modelo de governança e, por fim, estabelecido um contributo para a avaliação e monitorização do desempenho do sistema alimentar metropolitano no contexto da implementação da ETA-AML.

Admite-se que a transição alimentar na região metropolitana será o resultado da atuação articulada entre políticas, estratégias e programas e um leque diversificado de entidades, iniciativas e atores que configuram os sistemas alimentares locais, sejam estes entendidos à escala municipal, sub-municipal ou intermunicipal, com o objetivo de gerarem um impacto positivo na economia, na saúde, no ambiente, na adaptação e mitigação climática e no bem-estar social da região.

A elaboração da ETA-AML prosseguiu uma abordagem participativa, consubstanciada num plano de envolvimento de interessados, que incluiu três sessões plenárias e cinco workshops temáticos, envolvendo um total de cerca de 250 participantes.

Ainda que se reveja um papel incontornável por parte dos dezoito municípios da área metropolitana na implementação da presente estratégia, entende-se ser este um instrumento de orientação e alinhamento direcionado para uma diversidade e pluralidade de atores, nomeadamente os parceiros da Rede FoodLink – Rede para a Transição Alimentar na Área Metropolitana de Lisboa.

A informação complementar a este documento, coligida na fase de elaboração da caracterização e diagnóstico do sistema alimentar metropolitano, consta de um relatório entregue à AML e reúne informação de base cartográfica, estatística e descritiva, cuja consulta poderá ser de interesse como suporte à definição de projetos e iniciativas que concorram para a transição alimentar.

A elaboração da ETA-AML contou com o apoio do projeto europeu FoodCLIC - Integrated urban FOOD policies – developing sustainability Co-benefits, spatial Linkages, social Inclusion and sectoral Connections to transform food systems in city-regions, em que o ICS – ULisboa participa no âmbito do programa Horizonte Europa.

01

INTRODUÇÃO

9

02

SÍNTESE DA CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

12

03

ENQUADRAMENTO CONCEPTUAL

19

04

POSICIONAMENTO DA TRANSIÇÃO ALIMENTAR NO QUADRO ESTRATÉGICO DA AML

25

05

REFERENCIAL ESTRATÉGICO

28

5.1

DESAFIOS E PRIORIDADES
PARA A REGIÃO

30

5.2

VISÃO ESTRATÉGICA

32

5.3

EIXOS, OBJETIVOS GERAIS,
OBJETIVOS OPERACIONAIS
E AÇÕES

37

06

GOVERNANÇA

54

07

AVALIAÇÃO E MONITORIZAÇÃO

56

08

BIBLIOGRAFIA

62

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1

Modelo de um sistema alimentar local e sua estrutura de governança. **36**

Figura 2

Eixos do referencial estratégico **39**

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1

Síntese do referencial estratégico. **40**

Tabela 2

Indicadores quantitativos para avaliação e monitorizaçãodo desempenho do sistema alimentar metropolitano na sequência da implementação da Estratégia para a Transição na Alimentar na Área Metropolitana de Lisboa. **58**

SIGLAS

ADREPES | Associação de Desenvolvimento Regional da Península de Setúbal

AHRESP | Associação da Hotelaria, Restauração e Similares de Portugal

AIP | Associação Industrial Portuguesa

APA | Agência Portuguesa do Ambiente

AML | Área Metropolitana de Lisboa

CCDRLVT | Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo

COPALoc | Conselho de Planeamento Alimentar Local

COPAreg | Conselho de Planeamento Alimentar Regional

CM | Câmara municipal

DGADR | Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural

DGS | Direção-Geral de Saúde

DGT | Direção-Geral do Território

DRAPLVT | Direção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo

EEM | Estrutura Ecológica Metropolitana

ETA-AML | Estratégia de Transição Alimentar na Área Metropolitana de Lisboa

ICS | Instituto de Ciências Sociais

INE | Instituto Nacional de Estatística

INIAV | Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária

IPMA | Instituto Português do Mar e da Atmosfera

SIMAB/MARL | Sociedade Instaladora de Mercados Abastecedores/Mercado Abastecedor da Região de Lisboa

PAM | Parque Agroalimentar Multifuncional

PIB | Produto Interno Bruto

PMAAC | Plano Metropolitano de Adaptação às Alterações Climáticas

RAN | Reserva Agrícola Nacional

RIS3 | Estratégia Regional de Especialização Inteligente

SA | Sistema alimentar

SAM | Sistema alimentar metropolitano

SAU | Superfície agrícola útil

TML | Transportes Metropolitanos de Lisboa

VAB | Valor Acrescentado Bruto

INTRODUÇÃO

01

A transição alimentar pode ser entendida como uma das componentes da transição para a sustentabilidade, através de um processo de transformação dos sistemas alimentares, capaz de gerar co-benefícios para uma multiplicidade de atores e intervenientes traduzidos em impactos positivos para a economia, a saúde, o ambiente, o clima, a paisagem e a sociedade.

Diversas estratégias e compromissos internacionais recomendam que essa transição se encontre plenamente alcançada até 2030, contribuindo para o desígnio da neutralidade carbónica, da adaptação climática e da conservação da biodiversidade, conferindo um aumento do bem-estar físico e mental, em especial dos grupos mais vulneráveis da população.

Uma estratégia para a transição alimentar corresponde, assim, a um instrumento estratégico de base territorial e intersectorial, que cobre explicitamente o planeamento dos sistemas alimentares, de modo sistémico, prosseguindo os princípios do ordenamento do território e do desenvolvimento e coesão territorial.

A ETA-AML pretende constituir-se como ponto de partida para a definição de uma política alimentar metropolitana, capaz de integrar diversas políticas interatuantes, rumo a um sistema alimentar sustentável e resiliente. Numa primeira fase, a par de uma revisão bibliográfica e de *benchmarking*, procedeu-se a uma extensa caracterização e mapeamento do sistema alimentar metropolitano (SAM) e à elaboração de um diagnóstico participativo, a partir dos quais foram definidos o referencial estratégico e um plano de ação.

Para a implementação da ETA-AML propõe-se um modelo de governança, que contou com a identificação colaborativa e antecipatória de fatores de risco e de conflito, assim como uma estrutura de indicadores para a avaliação e monitorização do desempenho do sistema alimentar até 2030.

Estes e outros compromissos da ETA-AML inscrevem-se nas atuais políticas e estratégias de âmbito regional, nomeadamente a Estratégia Regional de Lisboa 2030, em particular o seu segundo eixo prioritário dedicado à sustentabilidade ambiental e alimentar e à mitigação de riscos naturais, tal como a Estratégia Regional de Especialização Inteligente (RIS3 LISBOA), em particular os domínios de especialização agroalimentar e economia azul. Também com as estratégias políticas de âmbito nacional e europeu é garantido o alinhamento, nomeadamente com a Estratégia do Prado ao Prato e a Estratégia Europeia da Biodiversidade, no âmbito do Pacto Ecológico Europeu, o Pacto Alimentar Urbano de Milão (2025) e a Declaração de Glasgow sobre Alimentação e Clima (2020).

Os estudos elaborados para a ETA-AML destacam, sobretudo, dois aspetos considerados relevantes: (i) a necessidade de integrar o planeamento do SAM nos instrumentos de ordenamento e gestão





do território de âmbito regional e local e (ii) a urgência em aumentar e aprofundar o conhecimento sobre o SAM que permita uma maior eficiência da implementação da ETA-AML e dos objetivos da transição alimentar.

De destacar o caráter inovador da ETA-AML, relativamente a outras estratégias internacionais de planeamento do sistema alimentar, pelo menos a três níveis: (i) surge numa perspetiva *bottom-up* no âmbito da FoodLink – Rede para a Transição Alimentar na AML, que identificou a necessidade da sua elaboração como prioridade no âmbito do plano de ação para o período 2022-2023 e lhe conferiu uma orientação explícita para a ação, aplicada a toda a região; (ii) assume uma base territorial e a plena integração em políticas e estratégias regionais e nacionais em vigor e (iii) assegura uma dimensão participativa e colaborativa inerente a todas as fases de elaboração.

A ETA-AML deverá ser entendida como um processo co-evolutivo, em que será contemplada a atualização de informação, à medida que novo conhecimento for sendo produzido, e ajustada a atuação, em função dos sucessivos resultados da avaliação e monitorização.

SÍNTESE DA CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

02

O sistema alimentar da área metropolitana de Lisboa é caracterizado por um conjunto de atividades económicas associadas à produção de alimentos que decorrem do uso e ocupação do solo agrícola em cerca de 38% do seu território, ou seja, em 1140 km², cujo valor económico da produção agrícola padrão é de 313 milhões de euros, em 2019, a que se junta a receita gerada pela pesca no valor de cerca de 51 milhões de euros.

O setor produtivo envolve cerca de 16 000 trabalhadores, sendo 9 500 mão de obra familiar nas explorações agrícolas, 5 200 mão-de-obra agrícola não familiar, e 1 371 pescadores oficialmente registados.

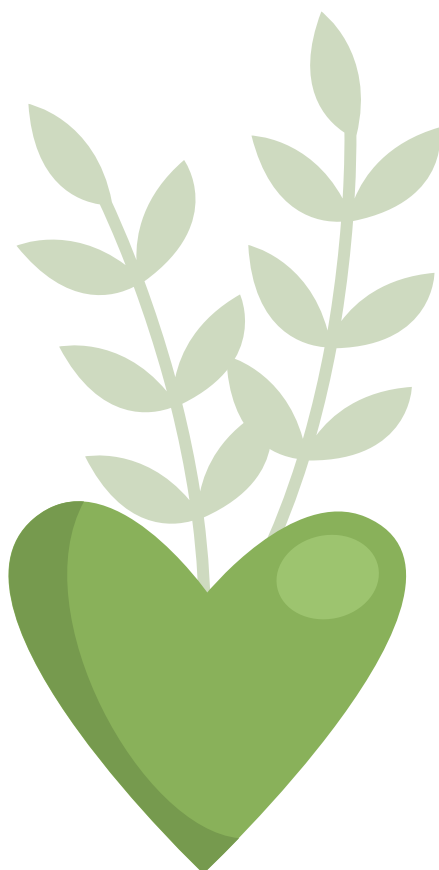
Do total da área utilizada para produção alimentar em contexto terrestre, 16% encontra-se em contexto de Reserva Agrícola Nacional. Relativamente à aptidão edafomorfológica da região, apenas 7,5% corresponde a classes elevada e muito elevada para culturas de regadio e 12,5% à classe elevada e muito elevada para culturas de sequeiro.

Esta constatação torna evidente que mais de metade do sistema de produção metropolitano poderá corresponder a áreas com aptidão edafomorfológica moderada ou condicionada à agricultura, o que se traduz em eventuais constrangimentos em termos de ordenamento do território e de impacto ambiental sobre os recursos naturais, nomeadamente no que se refere ao estado de conservação do solo, da água e da biodiversidade.

Por outro lado, tendo em conta a dimensão populacional e o universo de consumidores, que poderá ascender a 21 milhões por ano, se considerarmos a população residente e visitante, uma correta gestão do sistema produtivo alimentar de proximidade poderá traduzir-se em ganhos significativos em termos de energia e de emissões de carbono e de outros gases com efeito de estufa, assim como no aumento do acesso a alimentos frescos, mais saudáveis e sustentáveis, gerando novos modelos de negócio com impacto positivo na economia, já que o contributo do Valor Acrescentado Bruto (VAB) do setor primário na região é de apenas 0,4%.

Como tal, as áreas com uso e ocupação agrícola, onde se localiza um total de cerca de 200 000 prédios rústicos cadastrados, se instalam cerca de 6 400 explorações agrícolas em aproximadamente 91 000 hectares de superfície agrícola utilizada (SAU), com uma superfície média por exploração de 14 hectares de SAU, deverão ser planeadas de modo a assegurar as soluções de compromisso que melhor sirvam a região, na perspetiva do seu desenvolvimento sustentável e resiliente

De notar que a área de SAU em modo de produção biológica é de apenas 1% do total da área da área metropolitana de Lisboa, onde se incluem 826 produtores certificados (animais e vegetais) e 345 em fase de preparação para certificação. Em 2019, a composição



da SAU era de 43% de terras aráveis, 39% de pastagens, 18% de culturas permanentes e 0,25% de hortas familiares, evidenciando a relevância, tanto da produção vegetal como animal.

Por outro lado, o aprovisionamento alimentar dos consumidores deverá também ser planeado na perspetiva da seleção das culturas que melhor se adaptem ao contexto edafoclimático, tendo em conta, tanto as alterações no clima e a necessária adaptação e resiliência das espécies agrícolas e pesqueiras, como a tendência que se tem verificado no aumento da especialização e profissionalização da produção alimentar ao longo da última década.

Os resultados do balanço alimentar, baseados em informação estatística oficial, sugerem que a área metropolitana de Lisboa tem uma produção que excede as necessidades da região no caso do tomate e da carne de suíno. O potencial de abastecimento para a sua potencial procura ultrapassa os 60% no caso do milho, do arroz e do peixe (fresco ou congelado). A região também produz, potencialmente, acima de 40% das suas necessidades em leite e vinho. Em menor escala, produz-se cerca de 20% das suas necessidades de batata e crustáceos e moluscos, cerca de 17% da carne de bovino e 14% de pera. Não existem dados desagregados que permitam quantificar a produção de hortícolas.

Segundo informação disponibilizada no âmbito do projeto AML Alimenta (2023), estima-se que os circuitos de distribuição para venda de produtos alimentares incluam 217 mercados municipais, 63 pontos de entrega de cabazes alimentares, 35 eventos culturais, 4 lotas e 13 centrais hortofrutícolas.

Relativamente ao consumo alimentar, para efeito de iniciativas piloto que possam estabelecer uma relação direta com a produção, foram identificados 1904 estabelecimentos de ensino, do pré-escolar ao secundário, cuja estimativa de refeições fornecidas é na ordem dos 32,5 milhões por ano letivo.

Quanto ao desperdício alimentar, e tendo em conta o valor estimado para o desperdício alimentar médio nacional (183,6Kg/hab/ano) (INE, 2020), o desperdício alimentar na área metropolitana de Lisboa relativo à sua população residente é de aproximadamente 517 000 toneladas, dos quais apenas 7% são encaminhados para valorização nas três estações existentes na região.

Esta síntese baseia-se na informação oficial disponível, sendo o conhecimento do sistema alimentar metropolitano (SAM) ainda escasso para um exercício mais aprofundado de planeamento alimentar de base territorial e a enorme complexidade das interações e fluxos que decorrem das suas múltiplas componentes, não sendo, portanto, possível considerar com rigor as mais-valias que decorrem do seu enorme potencial para a geração de receita económica, para a saúde e bem-estar e o contributo para o ordenamento do território e qualidade do ambiente e da paisagem.

No que se refere à sua dimensão socioeconómica, foram mapeados 580 atores e 210 iniciativas, reconhecidos como relevantes para a transformação do sistema alimentar e, por conseguinte, para a transição alimentar regional, estando esse inventário ainda bastante incompleto. Não obstante, e à luz do mapeamento efetuado, parece destacar-se uma maior dinâmica dos sistemas alimentares locais nos municípios de Mafra, Sintra, Loures e Lisboa, na Grande Lisboa, e Palmela e Sesimbra, na Península de Setúbal.

Do ponto de vista do diagnóstico, é reconhecidamente adequado o momento em que surge a presente estratégia, especialmente tendo em conta o impacto económico e social de múltiplas e sequenciadas crises e a necessidade de atender aos grupos menos favorecidos da população, para quem se torna difícil ter acesso a uma alimentação saudável, com especial destaque para a população em idade escolar. Esta circunstância reforça a prioridade de planejar, organizar e conectar os setores da produção e o consumo em contexto de cantinas escolares, particularmente em áreas de maior vulnerabilidade socioeconómica, de modo que as crianças e jovens possam ter, pelo menos, uma refeição saudável e sustentável por dia. Naturalmente que, para além desta dimensão, considera-se relevante que estes produtos devam entrar na cadeia de distribuição grossista e retalhista e estender a função de aprovisionamento a mercados grossistas e retalhistas, bem como assumir a função de abastecimento direta de consumidores finais, por exemplo, através dos 'cabazes', entregas diretas ao domicílio ou, mesmo, cooperativas de consumo ou eventos institucionais e comerciais.

O planeamento dos sistemas alimentares locais que garantam uma alimentação mais saudável e acessível a todos os cidadãos, deverá ser aplicada à maior área possível de produção disponível, e poderá implicar a instalação de parques agroalimentares multifuncionais (PAM) que permitam assegurar uma parte significativa do abastecimento das entidades responsáveis pela preparação das refeições (catering), garantindo um preço justo para os produtores e para as empresas responsáveis pela preparação das refeições, o que se prevê ter que ser considerado ao nível de políticas públicas de âmbito nacional, regional e local, em articulação com o setor privado. Esta intervenção pública poderá ocorrer através de incentivos financeiros, tendo diversos atores do sistema alimentar como beneficiários, da criação de normas regulamentares aplicadas às dimensões da transição para a sustentabilidade e do ajuste de critérios associados às compras públicas alimentares ou outros mecanismos, procurando ultrapassar os constrangimentos decorrentes da legislação em vigor.

De notar que a organização da produção parece ser fundamental para o sucesso da estratégia e será a forma mais eficaz de responder aos desafios criados. Uma produção organizada, para além da partilha de infraestruturas, meios de produção e apoio técnico, permite planificar de forma conjunta a produção em função



das necessidades. Complementarmente, do lado do consumo (sobretudo através da restauração privada e coletiva), é essencial que o diálogo seja estabelecido de forma coordenada, e não entre produtores e consumidores desarticulados entre si, assegurando que as diferentes tipologias de produtores possam ser consideradas, desde que cumpram com os critérios de produção saudável e sustentável, nomeadamente para que possa fazer-se uso das diversas oportunidades de financiamento disponíveis.

Neste seguimento, o contexto de crise e de instabilidade e imprevisibilidade económica e política justificou que tenham sido ainda identificados, através do diagnóstico participativo, os principais fatores de risco inerentes à governança, considerada em três dimensões: económica, política e do conhecimento, que poderão comprometer a implementação com sucesso da ETA-AML, tais como:

GOVERNANÇA ECONÓMICA

- Impacto das crises económicas;
- Incapacidade de cumprir com a Estratégia Nacional para as Compras Públicas Ecológicas;
- Elevado desperdício alimentar;
- Falta de dinamização dos mercados locais;
- Falta de capacitação técnica dos produtores, operadores comerciais, grossistas e retalhistas;
- Falta de adesão por parte da restauração comercial.

GOVERNANÇA POLÍTICA

- Ciclos políticos e alterações na agenda política;
- Incapacidade para a implementação da ETA-AML;
- Inexistência de cultura regional;
- Incapacidade de investimento e financiamento das estruturas comerciais de micro, pequena e média dimensão;
- Falta de interlocutores específicos nas autarquias para interagir com o setor primário e outros setores privados;
- Possíveis conflitos entre municípios;
- Falta de informação e de mobilização da sociedade e, em especial, dos consumidores;
- Alterações no quadro macro-estratégico e/ou incongruências entre políticas.

GOVERNANÇA DO CONHECIMENTO

- Falta de meios técnicos e financeiros para gerar novo conhecimento e monitorizar o sistema alimentar;
- Limitada abordagem transdisciplinar na articulação de informação, conhecimento e propostas de soluções entre os diferentes atores/agentes económicos do sistema alimentar;
- Imprevisibilidade e desconhecimento acerca da produção alimentar saudável e sustentável que é necessário assegurar em contexto de alterações climáticas;
- A dimensão cultural como resistência à mudança;
- Degradação da qualidade dos solos;
- Falta de literacia alimentar;
- Imprevisibilidade na produção sazonal, especialmente em contexto de alterações climáticas;
- Falta de informação acerca do sistema alimentar por parte dos cidadãos, nomeadamente como aceder a produtos alimentares seguros a preço justo.

No seu conjunto, parece poder identificar-se um denominador comum, transversal aos três domínios da governança que foram definidos em termos antecipatórios - a necessidade de aumentar o conhecimento do SAM, de melhorar a comunicação para veicular informação de base científica, e assegurar a capacitação dos diversos agentes para atuarem de forma articulada e colaborativa e de acordo com os princípios da transição alimentar sustentável, gerando valor económico local.

Considera-se que o sucesso da ETA-AML pode ser posto em causa se aspetos estruturantes não forem vertidos em instrumentos estratégicos, nomeadamente de planeamento e gestão do território, de modo a assegurar que a temática não fique sujeita aos ciclos de alternância política, tanto ao nível nacional, como regional e local.

De notar ainda o risco de incapacidade de coordenação e cooperação interinstitucional, a nível regional e local, nomeadamente na concertação de diversos setores de política que elencam a transição alimentar.

Assim, torna-se evidente que para prosseguir o intuito do planeamento do sistema alimentar é necessário recolher mais e melhor informação, colmatando lacunas, como são o caso da pesca e da economia azul e da dimensão da transformação alimentar, e em especial a que permita quantificar os fluxos de materiais, energia, bens e serviços inerentes ao funcionamento do sistema alimentar, a par de indicadores de medição do impacto, que permitam gerar novo conhecimento de base científica para apoio à decisão.

A elaboração e implementação de uma estratégia para a transição alimentar, a par de um investimento público e privado para a evolução do conhecimento nesta matéria, constitui-se indubitavelmente, como uma prioridade estratégica da região, com reflexo na qualidade de vida, na economia, no ambiente e na paisagem, enquanto ferramenta integrada, em que a transição alimentar concorre, de forma determinante, para a transição para a sustentabilidade.



ENQUADRAMENTO CONCEPTUAL

03

A elaboração da ETA-AML teve por base um quadro conceptual baseado na literatura científica dos últimos cinco anos, fazendo uso da terminologia própria dos documentos mais relevantes da agenda de política alimentar nacional e europeia.

De entre os múltiplos conceitos que suportam a caracterização e diagnóstico efetuados, e que permitem a compreensão do referencial estratégico e do plano de ação, destacam-se os seguintes conceitos, uma parte extraída da revisão bibliográfica efetuada (assinalados a amarelo) e outra parte apresentada como novos conceitos, portanto inéditos, resultantes do conhecimento coligido, aplicado ao contexto do SAM (assinalados a preto).

A ordem com que se encontram descritos vai dos conceitos mais amplos, para efeito de contextualização das temáticas tratadas, até aos mais específicos que se relacionam e articulam com o contexto real em que a ETA-AML será implementada.

TRANSIÇÃO ALIMENTAR

Uma das componentes da transição para a sustentabilidade que implica um processo de transformação dos sistemas alimentares, a adoção de novas práticas dos atores e instituições implicados e o desenvolvimento de competências para o consumo de refeições e alimentos nutricionalmente mais adequados, sustentáveis e inclusivos, capaz de gerar co-benefícios para os atores e intervenientes nos seus diversos sectores de atividade, com impactos positivos na economia, na saúde, no ambiente, no clima, na paisagem e na sociedade.

SISTEMA ALIMENTAR

Conjunto de recursos, estruturas, equipamentos e atividades capazes de assegurar o aprovisionamento alimentar de uma determinada população, como resultado da inter-relação e das dinâmicas de diversos setores, nomeadamente a produção, transformação, distribuição e tratamento de resíduos alimentares, com impacto na economia, na saúde, no ambiente, no clima, na paisagem e na sociedade.

PLANEAMENTO DE SISTEMAS ALIMENTARES URBANOS

Consiste na organização do sistema alimentar em termos biofísicos, espaciais e funcionais, através de um exercício de ordenamento do território que permita prever modos sustentáveis e resilientes de abastecer com alimentos saudáveis e acessíveis uma determinada cidade ou cidade-região, incluindo três fases: (i) definição de uma estratégia tendo por base uma visão para um dado horizonte temporal; (ii) definição de um referencial estratégico e plano de ação,

que consubstanciam os objetivos a atingir e a sua operacionalização através da interação entre os sectores públicos, privados, governamentais e não governamentais; (iii) Integração dos princípios orientadores em instrumentos de gestão territorial ou em outras políticas públicas, tendo por base a articulação entre a política, o conhecimento e a ação.

PARQUE AGROALIMENTAR MULTIFUNCIONAL (PAM)

Os PAM têm como objetivo a produção de alimentos saudáveis e acessíveis de base agrícola e/ou pecuária, em modo sustentável, sempre que possível instalados em solos com aptidão edafoclimática adequada, contribuindo para a valorização do solo rústico em contexto periurbano ou rural, diferenciando-o, por exemplo, de hortas urbanas.

Quando se considere adequado e premente, o PAM poderá integrar as componentes do pescado em contexto de mar ou de aquacultura, seja por via da instalação de equipamentos associados à sua produção e conservação, seja pela integração do pescado nos circuitos de transformação e distribuição de forma articulada com os produtos produzidos em terra.

A função produtiva dos PAM deverá ser compatibilizada com outras funções, nomeadamente a conservação do capital natural (solo, água e biodiversidade), a promoção da conectividade ecológica, através de infraestruturas verdes e azuis, a programação de atividades educativas e recreativas, contribuindo eficazmente para a neutralidade carbónica, a transição energética e a economia circular. Devem, ainda, constituir-se como áreas piloto ou laboratórios vivos, com carácter experimental e demonstrativo, para recolha de informação e construção de novo conhecimento sistémico essencial à gestão sustentável e resiliente e à transição alimentar.

O seu planeamento implicará a definição de um programa ou plano, consubstanciado num projeto que inclua todas as dimensões do PAM, tendo em conta a sua articulação com as demais componentes físicas, económicas, sociais e institucionais do sistema alimentar local e que permita a concretização das suas diversas componentes.

Um PAM poderá assumir geometrias variáveis, correspondentes a uma área com dimensões diversas, contínua ou descontínua, e ter em conta critérios de distribuição, maioritariamente através de circuitos curtos e soluções de logística de baixo carbono, atendendo à localização de centros de transformação agroalimentar e de distribuição, que os tornam acessíveis a um conjunto vasto de consumidores, desejavelmente comprometidos com a sua aquisição.

Os produtos alimentares produzidos pelos PAM deverão abastecer, prioritariamente as cantinas escolares e outras modalidades da restauração coletiva, de modo a garantir uma alimentação saudável ao maior número possível de setores vulneráveis da população (e.g. crianças e jovens em fase de crescimento, grupos em privação alimentar, idosos, doentes hospitalizados). O estabelecimento de

contratos programa anuais entre produtores e entidades responsáveis pela logística, e/ou entidades responsáveis pela confeção destas refeições, deverá estar de acordo com o período contratado, bem como permitir sustentabilidade financeira dos produtores e a disponibilização de stocks suficientes para assegurar a alimentação equilibrada, saudável e sustentável dos consumidores envolvidos. Admite-se que, em função dos contextos e dos critérios a estabelecer no quadro das compras públicas ecológicas, estes contratos programa possam beneficiar de incentivos e financiamento público, especialmente numa fase inicial e experimental. Contudo, e uma vez cumpridas estas prioridades, o espectro de aprovisionamento deverá considerar outras oportunidades, capazes de gerar valor acrescentado para estimular novos investimentos de manutenção e progressivo alargamento dos PAM.

Os PAM serão geridos e dinamizados por associações de produtores ou por agrupamentos de produtores multiprodutos (Portaria 123/2021 de 18 de junho) e apoiados pelas COPALoc (Conselhos de Planeamento Alimentar Local) que os integra na gestão do sistema alimentar local. O conjunto dos PAM a implementar na AML constituir-se-á como uma rede de parques agroalimentares multifuncionais, que será apoiada e suportada pelo COPAreg (Conselho de Planeamento Alimentar Regional).

Conta-se com a larga experiência que existe por parte de entidades regionais e nacionais responsáveis pelo setor agrícola, relativamente a processos como o emparcelamento, a promoção associativa, nomeadamente de organizações de produtores, os diversos modelos e problemáticas de empresas públicas ou mistas, bem como a infraestruturização de espaços privados.

ANTECIPAÇÃO DE RISCOS E CONFLITOS

Processo participativo que pretende identificar as barreiras e estrangimentos que poderão comprometer a organização e coordenação da implementação de estratégias. Estes fatores poderão ser considerados especialmente úteis para efeito de diagnóstico prospetivo e na definição de soluções de governança que visam a antecipação da gestão de futuros incertos.

CONSELHO DE PLANEAMENTO ALIMENTAR LOCAL (COPALOC)

Estrutura de governança para o planeamento da transição de sistemas alimentares locais de base territorial, apoiando e articulando programas, projetos e iniciativas inovadoras e com carácter experimental e demonstrativo da gestão sistémica, sustentável e resiliente, através das quais possa ser assegurado apoio técnico e científico em termos de:

- Planeamento de novos modelos de produção e de escoamento, onde se inclui a instalação de PAM e o apoio a outras áreas de produção com dinâmicas reguladas pelo mercado, que tenham interesse em prosseguir os princípios orientadores da ETA-AML;
- Identificação de novas interfaces para a transformação e venda de alimentos;
- Estabelecimento de compromissos para um consumo alimentar mais saudável e sustentável, com prioridade para uma alimentação escolar e outras modalidades da restauração coletiva;
- Introdução de novas técnicas e tecnologias de produção, distribuição e tratamento de resíduos alimentares;
- Implementação de novos modelos de governança;
- Monitorização e avaliação da transição alimentar;
- Capacitação, formação e comunicação junto do universo de atores envolvidos.

Os COPALoc constituem-se, assim, como laboratórios ou protótipos de gestão inovadora de um sistema alimentar, podendo assumir diversos formatos, mais ou menos formais e institucionais, em função dos contextos em questão. Poderão corresponder a um departamento municipal, a um grupo de trabalho, a uma associação, uma cooperativa ou qualquer outra modalidade de coordenação do funcionamento do sistema alimentar que reúna competências e recursos necessários para apoiar técnica e cientificamente o planeamento do sistema alimentar local, a elaboração e implementação de programas, projetos e iniciativas inovadoras, nomeadamente através da submissão de candidaturas, que concorram para a dinamização económica e social desse sistema. Das atribuições de uma COPALoc farão ainda parte a monitorização e avaliação das iniciativas implementadas, gerando novo conhecimento. Os aspetos de comunicação e de capacitação estarão também a cargo das COPALoc, no que se refere aos sistemas alimentares locais onde atuam. Dessa estrutura deverão fazer parte representantes dos diversos setores do sistema alimentar local que prossigam modos participativos e colaborativos de atuação em rede e se pautem por princípios de equidade, solidariedade e justiça alimentar.

CONSELHO DE PLANEAMENTO ALIMENTAR REGIONAL (COPAREG)

Estrutura de governança para o planeamento da transição de sistemas alimentares regionais de base territorial, cujo objetivo é acompanhar e apoiar os COPALoc, a sua articulação com instrumentos de política regional e nacional, assim como enquadrar propostas de projetos e iniciativas em oportunidades de financiamento para a sua implementação a nível municipal, intermunicipal e regional.

O COPAreg corresponde, assim, a um modelo de gestão partilhada entre as entidades representantes dos COPAloc, a administração pública regional e local, a academia, o setor empresarial e a sociedade civil, podendo estar integrada em qualquer uma das entidades que a constituam. Alternativamente, o COPAloc poderá corresponder à constituição de uma nova entidade de cariz associativo ou cooperativo que defina uma estratégia de financiamento para cumprir com os encargos de recursos técnicos e de funcionamento inerentes à sua atividade.

O COPAreg deverá também fomentar o trabalho participativo e colaborativo em rede, incluindo todos os atores que prossigam modos participativos e colaborativos de atuação e se pautem por princípios de equidade, solidariedade e justiça alimentar. Para o efeito, poderá contar com o apoio da FoodLink – Rede para a Transição do Sistema Alimentar na AML que, no final de 2023, integrava cerca de 40 entidades com representantes dos diversos setores do sistema alimentar local.

REFERENCIAL ESTRATÉGICO

Exercício de planeamento estratégico que permite estabelecer os principais eixos em que a ETA-AML irá incidir para alcançar objetivos gerais e operacionais, consubstanciados pelo seu plano de ação. O referencial estratégico fundamenta-se, particularmente, no diagnóstico e nos resultados de toda a informação coligida no decorrer do processo participativo em que foram convidadas cerca de 120 entidades do sistema alimentar metropolitano.



**POSICIONAMENTO
DA TRANSIÇÃO
ALIMENTAR
NO QUADRO
ESTRATÉGICO
DA AML**

04

É amplamente reconhecido que às regiões, quer no sentido geográfico, funcional, político ou administrativo, cabe, cada vez mais, um papel fundamental no desenho e implementação de políticas públicas que intermediem as agendas políticas europeias e nacionais e o seu impacto real local, sobre os territórios e os cidadãos.

A Estratégia Regional Lisboa 2030, em vigor desde 2020 e elaborada pela AML, enquanto entidade intermunicipal, representante de 18 municípios, e a CCDRLVT, enquanto serviço de administração direta do Estado, atualmente equiparada a instituto público, constitui-se como o principal documento orientador para a transição alimentar regional que, pela expressão do sistema alimentar metropolitano, poderá contribuir para os objetivos de coesão e convergência no país e na Europa através do papel que este sistema representa no crescimento económico, na redução das assimetrias territoriais e sociais e na prossecução de soluções de governança que envolvam ativamente atores estratégicos regionais, o setor público, privado e associativo na região metropolitana.

A quando da elaboração da Estratégia Lisboa 2030, no contexto da audição de peritos nos domínios da mobilidade, coesão e sustentabilidade (Janeiro 2020), O ICS-ULisboa apresentou a transição alimentar como componente relevante a considerar na definição dos eixos estratégicos. Consequentemente, a transição alimentar inscreve-se como domínio 2 da estratégia Lisboa 2030 – ‘sustentabilidade ambiental e alimentar e mitigação de riscos naturais’, relacionando-se com todos os subdomínios – ‘descarbonização e transição energética’, ‘adaptação climática e mitigação de riscos’, economia circular’, ‘biodiversidade’, ‘sistema alimentar e desenvolvimento rural’, ‘mar, estuários e zonas costeiras’.

Tendo em conta que a ETA-AML prossegue uma abordagem multisetorial, multiescala e multiatores, entende-se que deverá ter um impacto positivo na recuperação da dinâmica de criação de riqueza e na coesão regional interna e externa, nomeadamente através de uma crescente dinamização entre os territórios urbanos, periurbanos e rurais, a par da economia azul. Simultaneamente, a ETA-AML constitui-se como uma oportunidade de integração de políticas setoriais como as que se relacionam com o território, a economia, a saúde, a agricultura, e o ambiente, criando oportunidades e sinergias com efeito na inovação e competitividade territorial, nomeadamente no contexto do quadro de financiamento 2021-2027 e nos desafios estabelecidos para 2030 – 2050, nomeadamente no quadro do Pacto Ecológico Europeu.

O planeamento do sistema alimentar metropolitano vem, assim, ao encontro da especialização produtiva que se observa no território da área metropolitana de Lisboa, nomeadamente nos serviços empresariais, no transporte, logística e distribuição, na energia, no ambiente, na indústria agroalimentar, na educação e na saúde. Como tal, entende-se que o incremento de cadeias de valor a partir da produção, transformação, distribuição, consumo e tratamento de resíduos

alimentar, se constitui como uma abordagem inovadora ao território onde decorrem as dinâmicas própria dos sistemas alimentares locais e regional, com impacto positivo sobre a sustentabilidade e resiliência da região no contexto das alterações climáticas. Neste âmbito, a ETA-AML terá também um papel relevante na concretização do referencial estratégico do Plano Metropolitano de Adaptação às Alterações Climáticas (PMAAC - AML), nomeadamente no que se refere aos objetivos setoriais de adaptação dos setores agrícolas e florestais e agroalimentares, em termos vegetais e animais, e se promovem os circuitos de aprovisionamento e abastecimento alimentar de proximidade entre produtores e consumidores, com base na conservação e sustentabilidade dos recursos solo, água, biodiversidade e paisagem. O PMAAC – AML inclui, ainda, agendas para os quais a implementação da ETA-AML está orientada, como são o caso das agendas metropolitanas setoriais de adaptação da economia, energia e segurança energética, recursos hídricos, saúde humana e zonas costeiras e mar.

Por sua vez, no âmbito da Estratégia de Especialização Inteligente (RIS3 Lisboa 2021-2027), da responsabilidade da CCDRLVT, apresentada em 2022 e correspondente à especialização da Estratégia Regional de Lisboa 2030, foram considerados os dois domínios de especialização dedicados ao agroalimentar e à economia azul, onde se reconhece a necessidade de incrementar o apoio na investigação, na inovação e na tecnologia, especialmente articulada com o setor empresarial que atua nas diversas dimensões do sistema alimentar metropolitano, em terra e no mar, como peça fundamental na transformação económica da região e no assegurar de uma alimentação segura, justa e sustentável para todos. Neste contexto, o domínio agroalimentar surge muito interligado com o da economia azul, nomeadamente no que se relaciona com o sector da pesca e da transformação de pescado na indústria agroalimentar. Também a relação com o turismo e a gastronomia é enfatizada, especialmente no acréscimo de valorização da gastronomia metropolitana e local, por via do canal HORECA.



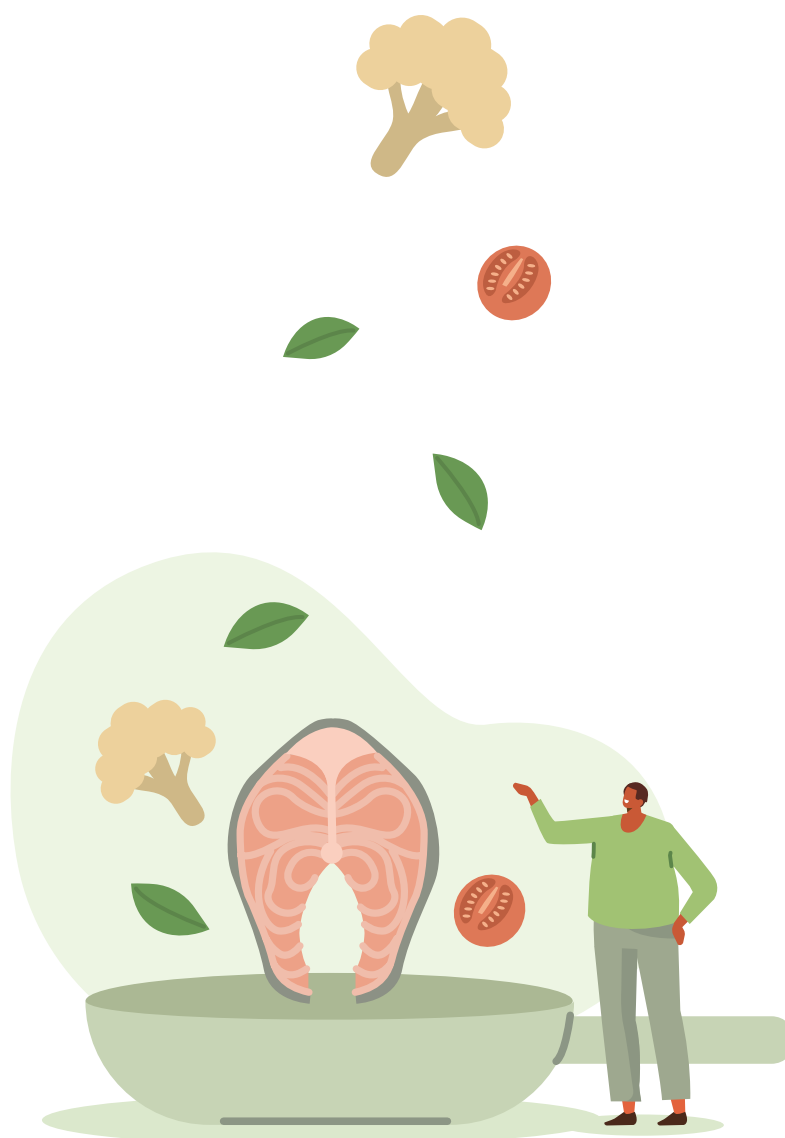
REFERENCIAL ESTRATÉGICO

05

O referencial estratégico resulta da conjugação dos resultados da caracterização e diagnóstico, do processo participativo e de envolvimento de atores, em conjunto com as principais orientações que constam dos instrumentos estratégicos que contextualizam a transição alimentar nas políticas regionais e no quadro de financiamento 2021-2027.

Os resultados obtidos permitem identificar um conjunto de desafios e prioridades para a região que, por sua vez, são vertidos para uma visão estratégica, a partir da qual se definem os principais eixos estratégicos, os objetivos gerais e operacionais e o respetivo plano de ação.

Como complemento à visão estratégica apresenta-se um modelo de sistema alimentar local que pretende apresentar, esquematicamente, as principais componentes e fluxos do que se entende ser o funcionamento de um protótipo de sistema alimentar, a par das estruturas de governança propostas para a dimensão local e regional.



5.1

DESAFIOS E PRIORIDADES PARA A REGIÃO

O sistema alimentar metropolitano corresponde a um contexto de enorme complexidade e interações sistémicas relativamente ao qual nunca foi efetuado um exercício de planeamento com o objetivo de o relacionar com as políticas públicas, o conhecimento e a ação, no sentido de o tornar mais eficiente, produtivo e sustentável.

A presente ETA-AML, para além de ter identificado múltiplas lacunas de informação e conhecimento, tal como já anteriormente referido, constitui-se como a primeira oportunidade de coligir a informação disponível, elaborar um diagnóstico e estabelecer as prioridades de intervenção, ou seja, a visão para as metas que se pretendem alcançar em 2030, os objetivos e as ações para dar início a um processo de transição alimentar, consciente, abrangente, participado e duradouro.

Desde logo, entende-se prioritário que a atuação coordenada a partir de uma visão estratégica tenha em consideração:

- A necessidade de investir em conhecimento e investigação para um conhecimento mais aprofundado do sistema alimentar regional e da sua interdependência com a bacia alimentar que aprovisiona a região, tanto a nível inter-regional, como nacional e internacional, tendo em vista uma transição alimentar mais rápida e eficiente;
- A criação de novos modelos de negócio e a modernização dos atuais, tendo em vista o aumento do peso da receita no PIB regional, do VAB (agrícola e agroalimentar) e a criação de emprego em todas as componentes do sistema alimentar regional;
- Uma perspetiva clara de coordenação entre o ordenamento do território e a gestão dos recursos inerentes ao funcionamento sustentável do sistema alimentar, com especial destaque para o uso e ocupação do solo na relação com a aptidão ecológica e a pressão urbana;
- O aumento da área de SAU em modo de produção sustentável e a criação de soluções de certificação e rastreabilidade dos produtos que garantam a segurança alimentar e incluam as externalidades inerentes à gestão sustentável do SAM;
- O apoio técnico e financeiro às estruturas e aos processos que possam assegurar prioritariamente uma alimentação segura, saudável e sustentável aos grupos da população mais desfavorecidos, nomeadamente através de contratos programa para fornecimento de refeições escolares e restauração coletiva ou da intervenção em mercados municipais e outras formas de comercialização de produtos alimentares de proximidade;
- O apoio técnico e financeiro à elaboração e implementação de estratégias para a transição dos sistemas alimentares locais e respetivas estruturas de governança que possam assegurar a avaliação e a monitorização da transformação desses sistemas e os impactos sobre a economia, a saúde, o ambiente e a sociedade.

5.2

VISÃO ESTRATÉGICA

Para o estabelecimento da visão a partir da qual se estabelece o referencial estratégico e o plano de ação, considera-se como ponto de partida a que foi estabelecida no âmbito da FoodLink, no início do seu período experimental de atuação (2022-2023), atualizada com os resultados dos estudos de caracterização e diagnóstico decorrentes da presente estratégia.

Até 2030, pelo menos 15% do aprovisionamento alimentar da população residente na área metropolitana deverá ser assegurada localmente, tendo por base:

- Modos de produção sustentáveis, onde se incluem a produção biológica, a produção integrada, a proteção integrada e a agroecologia;
- Soluções inovadoras, nomeadamente no âmbito da gestão da água para regadio, na redução de fitofármacos, na conservação do solo e no balanço de nutrientes, e na adaptação climática, eficiência energética e energias alternativas;
- Redes de distribuição de baixo carbono e circuitos alimentares de proximidade que cumpram com os critérios de inclusão e segurança alimentar;
- Uma marca que identifica e diferencia os produtos e os agentes do sistema alimentar que se associem à implementação da ETA-AML;
- Produtos certificados que estarão disponíveis e acessíveis para o consumo alimentar saudável e responsável, essenciais para a saúde e bem-estar de todos os cidadãos;
- A redução do desperdício alimentar em todos os setores do sistema alimentar, articulando os excedentes com organizações que permitam a sua redistribuição junto de grupos desfavorecidos;
- O tratamento e a valorização dos resíduos orgânicos alimentares numa lógica de circularidade;
- A oferta de programas de capacitação para a transição alimentar a todos os atores do sistema alimentar;
- O aumento da literacia alimentar, investindo prioritariamente na população em idade escolar;
- A criação de oportunidades de recreio e de turismo gastronómico e cultural no território metropolitano, enquanto iniciativa inovadora que contribui para a valorização socioecológica e económica regional e para o fortalecimento das sinergias urbano-rurais;
- O aumento da cultura institucional no reforço de sinergias a nível intersectorial e da pluralidade na dimensão participativa entre as diversas escalas de atuação.

GOVERNANÇA DO SISTEMA ALIMENTAR METROPOLITANO

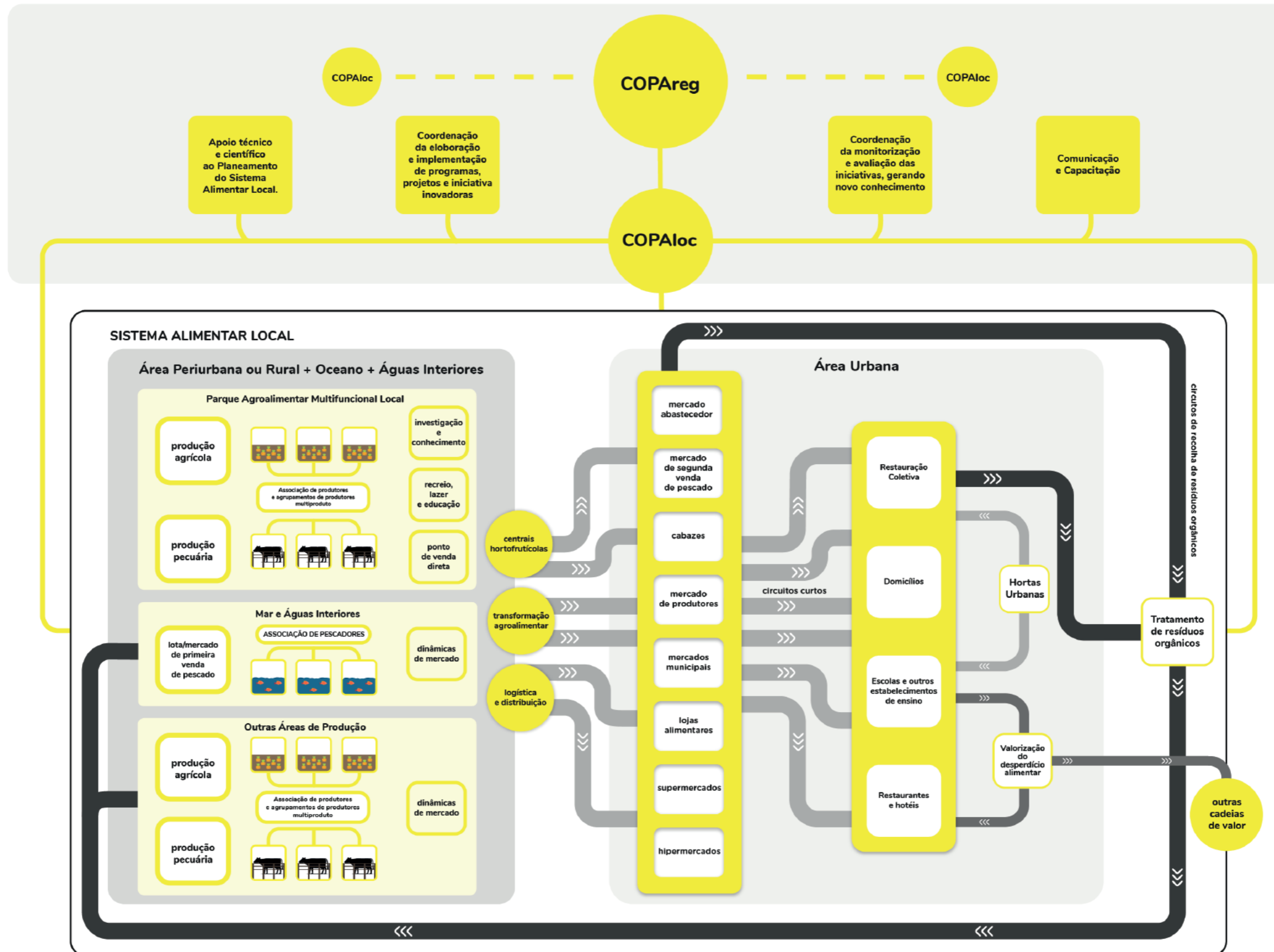


FIGURA 1 - Modelo de um sistema alimentar local e sua estrutura de governança.

Para facilitar a compreensão do referencial estratégico e do plano de ação definiu-se um modelo ou protótipo de sistema alimentar de base local (figura 1), já que se entende que a implementação da ETA-AML encontra na escala local, municipal, sub-municipal ou intermunicipal uma relação estreita com o contexto de ação, tendo particularmente em conta as áreas de atuação dos municípios na esfera da gestão do território, dos mercados municipais e dos equipamentos escolares.

Espera-se que o progressivo aumento de conhecimento sobre os fluxos e dinâmicas do sistema alimentar locais possam permitir a ampliação e extrapolação de projetos com impacto positivo regional até 2030.

Deste modelo faz parte a articulação do contexto urbano e periurbano ou rural, a par da componente do mar, como as componentes fundamentais de organização do sistema alimentar numa perspetiva de coesão territorial. Como tal, entende-se que nas áreas urbanas se concentram os centros de consumo e que no meio periurbano ou rural se concentram as áreas de produção alimentar, a par da pesca, como centros de produção. Entre estes dois territórios decorrem um conjunto de dinâmicas inerentes à produção, transformação agroalimentar, distribuição, consumo e tratamento e valorização dos resíduos orgânicos alimentares.

Uma das componentes de produção poderá decorrer da constituição de PAM, com funções produtivas, recreativas, educativas e de investigação, onde é possível instalar pontos de venda diretos, ou mesmo restaurantes, planeados e dimensionados de modo a assegurar o aprovisionamento alimentar, prioritariamente, de entidades de restauração coletiva, ou inseridos em circuitos curtos de distribuição que os tornem acessíveis ao maior número possível de consumidores, especialmente dos grupos mais vulneráveis da população.

Naturalmente, qualquer outra área de produção de carácter público, ou privado, deverá ser incluída na gestão do sistema alimentar local, mesmo que prossiga uma dinâmica própria de mercado, desde que se comprometa a produzir em modo sustentável e se articule com outras componentes do sistema alimentar de proximidade, nomeadamente no fornecimento de matérias-primas sustentáveis para as unidades de transformação agroalimentar a operar na região, ou na sua proximidade, se possível num raio de 30 quilómetros relativamente ao local de produção.

Todos os sistemas de recolha, tratamento e valorização dos resíduos alimentares orgânicos devem existir, ter capilaridade e estar plenamente articulados com os restantes setores do sistema alimentar, de modo a obter repostas eficientes em termos de economia circular, nomeadamente através do combate ao desperdício alimentar.

A governança de um sistema alimentar local será assegurada por um conselho de planeamento alimentar Local (COPALoc) que poderá corresponder a múltiplas formas de organização e representação, e o conjunto das COPALoc será acompanhado e apoiado por uma estrutura com competência semelhantes, o conselho de planeamento

alimentar regional (COPAreg), mas de âmbito regional, conforme descrito no ponto 3, na Figura 1, e no ponto 6.



5.3

**EIXOS,
OBJETIVOS
GERAIS,
OBJETIVOS
OPERACIONAIS
E AÇÕES**

De acordo com a visão estratégica estabelecida, e tendo em conta a missão para alcançar os desígnios da transição alimentar na AML até 2030, foram identificados seis eixos de atuação, que resultam em 15 objetivos gerais, 17 objetivos operacionais e 18 ações que constituem o plano de ação (tabela 1).

De notar que este referencial estratégico pretende, sobretudo, apontar orientações e caminhos possíveis, de modo aberto, flexível e inspirador, convidando à criatividade por parte de todos os intervenientes que o desejem converter em ação. O facto de propor um universo de 18 ações, não implica qualquer limitação, tão só pretende destacar aquelas que poderão ser prioritárias para a implementação de projetos pilotos capazes de alavancar novas dinâmicas territoriais e socioeconómicas no SAM.

Após a tabela 1, que faz uma síntese dos eixos e objetivos, segue-se a descrição sequencial entre estes e as ações propriamente ditas.



ESTRATÉGIA PARA A TRANSIÇÃO ALIMENTAR NA AML



FIGURA 2 - Eixos do Referencial Estratégico.

1.

VALORIZAÇÃO DAS ÁREAS DE PRODUÇÃO NO ORDENAMENTO E GESTÃO DO TERRITÓRIO REGIONAL E MUNICIPAL

EIXO	OBJETIVOS GERAIS	OBJETIVOS OPERACIONAIS	AÇÃO
	Implementar a ETA-AML de modo sistémico e participativo, tendo em vista a salvaguarda dos recursos naturais associados aos sistemas produtivos, nomeadamente os solos rústicos com potencial estratégico de produção agrícola, os recursos pesqueiros no mar e a aquacultura nos sistemas estuarinos, integrando esta temática nos instrumentos de gestão territorial e nos diversos instrumentos das políticas públicas.	Apoiar a elaboração de estratégias para a transição em sistemas alimentares locais.	Ação 1
	Integrar a transição alimentar no planeamento territorial, tendo em vista o cumprimento de metas no âmbito da segurança alimentar, eficiência económica e energética, qualidade ambiental e paisagística, conservação da biodiversidade, adaptação às alterações climáticas, e criação de emprego, promovendo a dinâmica urbano-rural, a economia circular e o desenvolvimento local.	Priorizar as áreas identificadas para a instalação de parques alimentares multifuncionais (PAM) como áreas de produção agrícola e pecuária, em estreita articulação com a localização dos centros de transformação agroalimentar, de logística e distribuição de alimentos, junto de um extenso universo de consumidores.	Ação 2
	Valorizar a estrutura ecológica metropolitana segundo uma abordagem multifuncional e sistémica, integrando, sempre que possível, as áreas de produção sustentável, conectando as áreas urbanas e rurais, e melhorando as oportunidades de produção, recreio, lazer e bem-estar junto da população local.	Apoiar modos de produção sustentável, nomeadamente através do apoio e incentivo à criação de estruturas organizadas de produtores.	Ação 3
	Promover boas práticas de produção sustentável tendo em conta o nexos solo, água, biodiversidade e energia.	Apoiar modos sustentáveis de pesca e de aquacultura.	Ação 4
	Promover a multifuncionalidade e o conhecimento associado às áreas de produção alimentar.		Ação 5

2.

MODERNIZAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE NOVAS SOLUÇÕES DE TRANSFORMAÇÃO, COMERCIALIZAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ALIMENTOS

EIXO	OBJETIVOS GERAIS	OBJETIVOS OPERACIONAIS	AÇÃO
	Assumir a transição alimentar como vetor de coesão socioterritorial e de geração de valor acrescentado económico local, estimulando o empreendedorismo e criando oportunidades de mercado para as micro e pequenas empresas.	Apoiar a organização de circuitos curtos entre o meio rural e urbano para garantir o abastecimento de proximidade, reforçando a ligação entre produtores e consumidores.	Ação 6
		Apoiar a valorização de mercados locais, permanentes e temporários, de modo a aumentar a disponibilidade de alimentos locais saudáveis e sustentáveis a preços justos.	Ação 7
		Instalar e modernizar unidades de transformação agroalimentar que permitam criar emprego e desenvolvimento local e regional.	Ação 8
	Aumentar a literacia alimentar e a equidade no acesso a alimentos seguros.	Capacitar e educar os consumidores para a relação entre alimentação saudável, sustentabilidade ambiental e saúde pública, nomeadamente na articulação com a restauração privada e coletiva, por exemplo através de uma campanha de ecolabeling.	Ação 9
		Articular a imagem da marca a nível regional e local com a legislação em vigor (DL 113/2006 de 12 de junho - estabelece as regras de execução, na ordem jurídica nacional, dos regulamentos (CE) n.ºs 852/2004 e 853/2004, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de Abril, relativos à higiene dos géneros alimentícios e à higiene dos géneros alimentícios de origem animal, respetivamente).	Ação 10
		Promover a redução do desperdício alimentar nos diferentes elos da cadeia alimentar (produção, transformação, distribuição e consumo).	Crear uma rede de entidades comprometidas com a redução do desperdício alimentar, em articulação com os bancos alimentares.

3.

INCENTIVO AO CONSUMO SAUDÁVEL E SUSTENTÁVEL

EIXO	OBJETIVOS GERAIS	OBJETIVOS OPERACIONAIS	AÇÃO
<p>4.</p> <p>ORGANIZAÇÃO DE CIRCUITOS DE RECOLHA E MODERNIZAÇÃO DOS SISTEMAS DE TRATAMENTO E VALORIZAÇÃO DE RESÍDUOS ORGÂNICOS ALIMENTARES</p>	Constituir uma rede de entidades aderentes.	Criar compromissos para o processo de seleção de resíduos alimentares orgânicos com qualidade suficiente para que o processo de valorização permita obter substrato para uso agrícola.	Ação 12
	Modernizar os sistemas de tratamento e valorização de resíduos orgânicos alimentares.	Instalar circuitos eficientes de recolha e valorização de resíduos orgânicos alimentares com capacidade para alavancar processos inovadores de aproveitamento de subprodutos e simbioses intersectoriais.	Ação 13
		Investir em nova tecnologia que aumente a eficiência do processo de tratamento e valorização de resíduos orgânicos.	Ação 14
	Assegurar a capacitação indispensável à transição alimentar.	Oferecer programas de capacitação acessível a todos os atores do sistema alimentar.	Ação 15
<p>5.</p> <p>CAPACITAÇÃO, INFORMAÇÃO E EDUCAÇÃO</p>	Veicular informação de base científica, através de uma linguagem acessível e incentivadora da adoção de práticas com impacto positivo na transição alimentar.	Programar ações de capacitação para os agentes de todos os setores de atividade do sistema alimentar.	Ação 16
	Promover o apoio à literacia alimentar em contexto escolar.	Criar conteúdos e materiais adequados à literacia alimentar em contexto escolar.	Ação 17
<p>6.</p> <p>INVESTIGAÇÃO E CONHECIMENTO</p>	Apoiar projetos de investigação interdisciplinares cujos resultados possam colmatar as lacunas de informação para o conhecimento do sistema alimentar metropolitano.	Articular os instrumentos de financiamento para a investigação e as necessidades de implementação das políticas públicas e do apoio científico na tomada de decisão.	Ação 18
	Apoiar projetos de investigação-ação de âmbito transdisciplinar que permitam robustecer o conhecimento do sistema alimentar metropolitano.		

EIXO 1

VALORIZAÇÃO DAS ÁREAS DE PRODUÇÃO NO ORDENAMENTO E GESTÃO DO TERRITÓRIO REGIONAL E MUNICIPAL

OBJETIVOS GERAIS:

- 1.** Implementar a ETA-AML de modo sistémico e participativo, tendo em vista a salvaguarda dos recursos naturais associados aos sistemas produtivos, nomeadamente os solos rústicos com potencial estratégico de produção agrícola, os recursos pesqueiros no mar e a aquacultura nos sistemas estuarinos, integrando esta temática nos instrumentos de gestão territorial e nos diversos instrumentos das políticas públicas.
- 2.** Integrar a transição alimentar no planeamento territorial tendo em vista o cumprimento de metas no âmbito da segurança alimentar, eficiência económica e energética, qualidade ambiental e paisagística, conservação da biodiversidade, adaptação às alterações climáticas e criação de emprego, promovendo a dinâmica urbano-rural, a economia circular e o desenvolvimento local.
- 3.** Valorizar a estrutura ecológica metropolitana segundo uma abordagem multifuncional e sistémica, integrando, sempre que possível, as áreas de produção sustentável, conectando as áreas urbanas e rurais, e melhorando as oportunidades de produção, recreio, lazer e bem-estar junto da população local.
- 4.** Promover boas práticas de produção sustentável tendo em conta onexo solo, água, biodiversidade e energia.
- 5.** Promover a multifuncionalidade e o conhecimento associado às áreas de produção alimentar.

OBJETIVOS OPERACIONAIS:

- 1.** Apoiar a elaboração de estratégias para a transição em sistemas alimentares locais.
- 2.** Priorizar as áreas identificadas para a instalação de parques alimentares multifuncionais (PAM) como áreas de produção agrícola e pecuária, em estreita articulação com a localização dos centros de transformação agroalimentar, de logística e distribuição de alimentos, junto de um extenso universo de consumidores.
- 3.** Apoiar modos de produção sustentável, nomeadamente através do apoio e incentivo à criação de estruturas organizadas de produtores.
- 4.** Apoiar modos sustentáveis de pesca e de aquacultura

AÇÕES

AÇÃO 1	Instalação de PAM no que se refere à aptidão ecológica dos solos, ao contexto cadastral e à predisposição dos atores locais para colaboração e cooperação em projetos, programas e iniciativas inovadoras com impacto positivo na transição alimentar metropolitana.
ATORES CHAVE	DGT; DGADR; CCDRLVT; associações de agricultores; câmaras municipais; academia.
AÇÃO 2	Apoio técnico e financeiro para a organização e instalação de produtores em modo de produção sustentável, com prioridade para a agricultura familiar, pelo seu contributo para a coesão territorial e social e a revitalização da vida comunitária.
ATORES CHAVE	DGADR; CCDRLVT; associações de produtores (agricultores, pescadores e aquacultores); câmaras municipais; A2S; ADREPES.
AÇÃO 3	Integração das áreas com potencial para a instalação de PAM na estrutura ecológica metropolitana, com vista à ampliação do fornecimento de serviços de ecossistemas e à sua futura remuneração.
ATORES CHAVE	DGT; CCDRLVT; câmaras municipais; associações de agricultores; academia.
AÇÃO 4	Apoio técnico para o acesso a financiamento para a instalação de projetos inovadores de práticas agrícolas e da pesca sustentáveis.
ATORES CHAVE	DGADR; CCDRLVT; INIAV; IPMA; associações de agricultores, pescadores e aquacultores; A2S; ADREPES.
AÇÃO 5	Apoio à programação e ao desenho para instalação de soluções apelativas às práticas recreativas e de investigação nos PAM como áreas piloto demonstrativas.
ATORES CHAVE	Academia, câmaras municipais; ONG locais.

EIXO 2

MODERNIZAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE NOVAS SOLUÇÕES DE TRANSFORMAÇÃO, COMERCIALIZAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ALIMENTOS

OBJETIVOS GERAIS: 1. Assumir a transição alimentar como vetor de coesão socioterritorial e de geração de valor acrescentado económico local, estimulando o empreendedorismo e criando oportunidades de mercado para as micro e pequenas empresas.

OBJETIVOS OPERACIONAIS:

1. Apoiar a organização de circuitos curtos entre o meio rural e urbano para garantir o abastecimento de proximidade, reforçando a ligação entre produtores e consumidores.
2. Apoiar a valorização de mercados locais, permanentes e temporários, de modo a aumentar a disponibilidade de alimentos locais saudáveis e sustentáveis a preços justos.
3. Instalar e modernizar unidades de transformação agroalimentar que permitam criar emprego e desenvolvimento local e regional.

AÇÕES

AÇÃO 6	Identificação, caracterização e estabelecimento de incentivos financeiros aos circuitos curtos que permitam gerar economia na cadeia de valor entre produtores e consumidores de modo sustentável.
ATORES CHAVE	Câmaras municipais, associações empresariais, empresas; SIMAB/MARL; AIP; AML; TML; ADREPES.
AÇÃO 7	Remodelação de mercados locais com base em soluções de funcionamento adaptados às exigências dos atuais estilos de vida e oferta de produtos locais com garantia em termos de rastreabilidade e segurança alimentar, enquanto um dos critérios para regulamentar o acesso de produtores locais em todos os municípios de forma equitativa.
ATORES CHAVE	Câmaras municipais; SIMAB/MARL; ADREPES; A2S.
AÇÃO 8	Apoio técnico e financeiro a iniciativas de transformação alimentar em estreita articulação com a produção de proximidade.
ATORES CHAVE	AIP; SIMAB/MARL; câmaras municipais; administração central (ministérios da Agricultura e Pescas, e da Economia); A2S; ADREPES.

EIXO 3

INCENTIVO AO CONSUMO SAUDÁVEL E SUSTENTÁVEL

- OBJETIVOS GERAIS:**
- 1.** Aumentar a literacia alimentar e a equidade no acesso a alimentos seguros.
 - 2.** Criar uma marca de produtos agroalimentares e da pesca de proximidade, seguros, nutritivos, sustentáveis e certificados.
 - 3.** Promover a redução do desperdício alimentar nos diferentes elos da cadeia alimentar (produção, transformação, distribuição e consumo).

- OBJETIVOS OPERACIONAIS:**
- 1.** Capacitar e educar os consumidores para a relação entre alimentação saudável, sustentabilidade ambiental e saúde pública, nomeadamente na articulação com a restauração privada e coletiva, por exemplo através de uma campanha de *ecolabeling*.
 - 2.** Articular a imagem da marca a nível regional e local com a legislação em vigor (reg. 852; 853 e 854 e 178/2006).
 - 3.** Criar uma rede de entidades comprometidas com a redução do desperdício alimentar, em articulação com os bancos alimentares.

AÇÕES

AÇÃO 9	Promover uma campanha alargada de comunicação para a alimentação responsável, incentivando o consumo de produtos locais saudáveis de proximidade e a adoção da dieta mediterrânica.
ATORES CHAVE	AML, DGADR; CCDRLVT; DGS; SIMAB/MARL; empresas de restauração coletiva; Turismo de Portugal; Turismo de Lisboa.
AÇÃO 10	Criação de marca identificativa dos produtos e iniciativas que prossigam os princípios da ETA-AML.
ATORES CHAVE	AML, DGADR; CCDRLVT; Turismo de Portugal; Turismo de Lisboa
AÇÃO 11	Criação de contrapartida financeira para a entrega adequada de resíduos orgânicos nos circuitos de recolha, que contribuam para o aumento da qualidade do composto como subproduto.
ATORES CHAVE	Câmaras municipais; AML; empresas de valorização; AHRESP.

EIXO 4

ORGANIZAÇÃO DE CIRCUITOS DE RECOLHA E MODERNIZAÇÃO DOS SISTEMAS DE TRATAMENTO E VALORIZAÇÃO DE RESÍDUOS ORGÂNICOS ALIMENTARES

- OBJETIVOS GERAIS:**
1. Constituir uma rede de entidades aderentes.
 2. Modernizar os sistemas de tratamento e valorização de resíduos orgânicos alimentares.

- OBJETIVOS OPERACIONAIS:**
1. Criar compromissos para o processo de seleção de resíduos alimentares orgânicos com qualidade suficiente para que o processo de valorização permita obter substrato para uso agrícola.
 2. Instalar circuitos eficientes de recolha e valorização de resíduos orgânicos alimentares com capacidade para alavancar processos inovadores de aproveitamento de subprodutos e simbioses intersectoriais.
 3. Investir em nova tecnologia que aumente a eficiência do processo de tratamento e valorização de resíduos orgânicos.

AÇÕES

AÇÃO 12	Criação de uma plataforma para a gestão da oferta e da procura de resíduos orgânicos para valorização.
ATORES CHAVE	Câmaras municipais; AML; empresas de valorização; SIMAB/MARL; AHRESP.
AÇÃO 13	Apoio técnico e financeiro à instalação de novos circuitos de acordo com os princípios da economia circular, tanto no que se refere ao tratamento dos resíduos alimentares orgânicos como ao encaminhamento do desperdício alimentar para valorização e integração em outras cadeias de valor.
ATORES CHAVE	Câmaras municipais; AML; empresas de valorização; outras empresas no campo da economia circular.
AÇÃO 14	Incentivo às empresas de valorização na instalação de tecnologia que permita aumentar a produção de substrato como um subproduto do processo de valorização.
ATORES CHAVE	Câmaras municipais; AML; empresas de valorização; SIMAB/MARL.

EIXO 5

CAPACITAÇÃO, INFORMAÇÃO E EDUCAÇÃO

- OBJETIVOS GERAIS:**
- 1.** Assegurar a capacitação indispensável à transição alimentar.
 - 2.** Veicular informação credível e incentivadora da adoção de práticas com impacto positivo na transição alimentar.
 - 3.** Promover o apoio à literacia alimentar em contexto escolar.

- OBJETIVOS OPERACIONAIS:**
- 1.** Programação de ações de capacitação para os agentes de todos os setores de atividade do sistema alimentar.
 - 2.** Criação de conteúdos e materiais adequados à literacia alimentar em contexto escolar.

AÇÕES

AÇÃO 15	Organização de uma campanha alargada de comunicação para a alimentação responsável, incentivando a adoção da dieta mediterrânica.
ATORES CHAVE	Academia, organizações profissionais, públicas, privadas e não-governamentais; AHRESP; empresas de restauração coletiva.
AÇÃO 16	Oferta de programas de capacitação acessível a todos os atores do sistema alimentar.
ATORES CHAVE	Academia, organizações profissionais; públicas, privadas e não-governamentais.
AÇÃO 17	Apoio a escolas e outras entidades de ensino em matéria de literacia alimentar.
ATORES CHAVE	Academia, organizações profissionais; empresas de restauração coletiva.

EIXO 6

INVESTIGAÇÃO E CONHECIMENTO

OBJETIVOS GERAIS: **1.** Apoiar projetos de investigação interdisciplinares cujos resultados possam colmatar as lacunas de informação para o conhecimento do sistema alimentar metropolitano.

2. Apoiar projetos de investigação-ação de âmbito transdisciplinar que permitam robustecer o conhecimento do sistema alimentar metropolitano.

OBJETIVOS OPERACIONAIS: **1.** Articular os instrumentos de financiamento para a investigação e as necessidades de implementação das políticas públicas e do apoio científico na tomada de decisão.

AÇÕES

AÇÃO 18	Constituição do Observatório para a Transição Alimentar na AML.
ATORES CHAVE	Academia, CCDRLVT, AML, outros atores.

GOVERNANÇA

06

Propõe-se se a implementação de um modelo de governança simplificado e flexível para a coordenação da ETA-AML, através de duas estruturas que apoiam e incentivam o planeamento de sistemas alimentares de base local e regional.

Tendo em conta o contexto atual de instabilidade e incerteza generalizado, associado aos fatores de risco anteriormente identificados no quadro da governança antecipatória, o modelo de governança proposto envolve diversos atores no sentido de articular as suas diversas componentes, de modo eficiente, resiliente e sustentável, com ganhos para a saúde pública, para a economia, para o ambiente, para o clima, para a paisagem e para o bem-estar social: os Conselhos de Planeamento Alimentar Local (COPALoc) e o Conselho de Planeamento Alimentar Regional (COPAre), conforme descritos no ponto 3, no ponto 5.2 e na Figura 1.



AVALIAÇÃO E MONITORIZAÇÃO

07

Importa considerar que a avaliação e monitorização do impacto da ETA-AML na transformação do sistema alimentar metropolitano é de primordial importância, permitindo a construção de novo conhecimento, o robustecimento do já existente, enquanto convoca para um processo permanente de aprendizagem e adequação da atuação.

Esse processo poderia incluir indicadores de dois tipos: (i) indicadores de natureza mais qualitativa, para a avaliação e monitorização da implementação da estratégia de forma direta, com carácter informativo relativamente à sua taxa de execução, e (ii) indicadores de natureza quantitativa para avaliar e monitorizar o desempenho do sistema alimentar por força da transformação que nele se quer imprimir.

Tendo em conta o carácter aberto e flexível do referencial estratégico e do plano de ação, optou-se por dar prioridade aos indicadores quantitativos que permitem medir o desempenho do sistema alimentar na sequência da implementação da ETA-AML, traduzidos na geração dos fluxos identificados no modelo síntese do funcionamento do sistema alimentar local (figura 1), organizados pelas respetivas dimensões do sistema alimentar.

Considera-se que a constituição de um Observatório para a Transição Alimentar na AML (Ação 18) seria a opção adequada para assegurar a avaliação e a monitorização de base científica, produzindo e divulgando informação essencial no apoio à tomada de decisão.



DIMENSÕES E CRITÉRIOS PARA AVALIAÇÃO E MONITORIZAÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DA ETA-AML		INDICADORES QUANTITATIVOS	ENTIDADE RESPONSÁVEL PELO FORNECIMENTO DA INFORMAÇÃO	
PRODUÇÃO AML	USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	Evolução da área de uso e ocupação do solo em relação com a aptidão edafomorfológica do solo (ha)	DGT	
		Evolução da pressão urbana em áreas de Reserva Agrícola Nacional (ha)	DGT; academia	
		Evolução da produção por grupo de alimentos (ton/ha)	INE	
	SOCIOECONOMIA	Indicadores socioeconómicos que constam da caracterização do sistema alimentar metropolitano	INE	
	IMPACTO AMBIENTAL	Impacto da agricultura na conservação da biodiversidade (nº de espécies/ha)	Academia	
		Impacto da agricultura na conectividade ecológica (Índice de fragmentação e de continuidade ecológica)	Academia	
		Índice de sustentabilidade do sistema alimentar regional	Academia	
		Evolução da área de produção em modo sustentável e biológico (% do total da área de superfície agrícola útil) por categoria/grupo de alimentos	INE; DGADR	
		Potencial de produção por grupo de alimento (ton/ha)	INE	
	PRODUÇÃO: PARQUE ALIMENTAR MULTIFUNCIONAL	PRODUÇÃO	Produção sazonal por grupo de alimento (ton/ha)	INE
			Estado de conservação do solo em termos físicos, químicos e orgânicos	DGADR; academia
			Consumo de água (m ³ /ha)	APA
Consumo de fertilizantes (ton/ha)			INE	
Consumo de herbicidas, fungicidas e inseticidas (ton/ha)			INE	
Emissão de gases com efeito de estufa por unidade de produção (tonCO ₂ eq)			INE	
Emissões de amoníaco (tonNH ₃)			INE	
Consumo de energia (Gj/ha)			INE	

TABELA 2 - Indicadores quantitativos para avaliação e monitorização do desempenho do sistema alimentar metropolitano na sequência da implementação da ETA-AML.

DIMENSÕES E CRITÉRIOS PARA AVALIAÇÃO E MONITORIZAÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DA ETA-AML		INDICADORES QUANTITATIVOS	ENTIDADE RESPONSÁVEL PELO FORNECIMENTO DA INFORMAÇÃO
PRODUÇÃO: PARQUE ALIMENTAR MULTIFUNCIONAL	PRODUÇÃO	Número de produtores	INE
		Número de associações de produtores	INE
	RECREIO	Número de visitantes por parque agroalimentar multifuncional	Câmaras municipais ou outras entidades promotoras
		Número de projetos e iniciativas por ano	Câmaras municipais ou outras entidades promotoras
		Investimento em equipamentos e estruturas de apoio ao recreio por ano (€/ano)	Câmaras municipais ou outras entidades promotoras
	INVESTIGAÇÃO	Número de projetos e iniciativas em curso por ano	Câmaras municipais ou outras entidades promotoras
		Investimento em estruturas e equipamentos de apoio à avaliação e monitorização dos parque agroalimentar multifuncional por ano (€/ano)	Câmaras municipais ou outras entidades promotoras
	LOGÍSTICA E DISTRIBUIÇÃO INTERNA	Quantidade de alimentos produzidos nos parque agroalimentar multifuncional que são distribuídos por tipologia de local de distribuição e venda de produtos alimentares (ton)	Câmaras municipais ou outras entidades promotoras
	HORTAS URBANA	Número de produtores por parque hortícola	Câmaras municipais ou outras entidades promotoras
		Capacidade produtiva média para autoconsumo (Kg/m ²)	Câmaras municipais ou outras entidades promotoras
DISTRIBUIÇÃO (POR FILEIRA DE PRODUTO NA REDE DE DISTRIBUIÇÃO)	CENTRAIS DE ARMAZENAMENTO E REFRIGERAÇÃO	Capacidade de armazenamento e distribuição de produtos alimentar por central de armazenamento e refrigeração (m ³)	Câmaras municipais ou outras entidades promotoras
		Número de locais de distribuição disponíveis para circuitos curtos	Câmaras municipais ou outras entidades promotoras
	REDE DE DISTRIBUIÇÃO	Quantidade de alimentos distribuídos através do comércio grossista e retalhista (ton/tipologia de comércio)	Academia; SIMAB/MARL
	PROVENIÊNCIA DOS ALIMENTOS (RASTREAMENTO)	Quantidade de alimentos por proveniência dos alimentos distribuídos através do comércio grossista e retalhista (ton/tipologia de proveniência)	Academia; SIMAB/MARL

TABELA 2 - Indicadores quantitativos para avaliação e monitorização do desempenho do sistema alimentar metropolitano na sequência da implementação da ETA-AML.

DIMENSÕES E CRITÉRIOS PARA AVALIAÇÃO E MONITORIZAÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DA ETA-AML	INDICADORES QUANTITATIVOS	ENTIDADE RESPONSÁVEL PELO FORNECIMENTO DA INFORMAÇÃO	
DISTRIBUIÇÃO (POR FILEIRA DE PRODUTO NA REDE DE DISTRIBUIÇÃO)	DISTRIBUIÇÃO DIRETA PRODUTOR-CONSUMIDOR (MERCADOS MUNICIPAIS, MERCADOS DE PRODUTORES, CABAZES, EVENTOS)	Quantidade de alimentos transacionados entre o produtor e o consumidor (ton/por tipologia de pontos de distribuição e venda e Ton/Km percorrido)	Academia; SIMAB/MARL
	DISTRIBUIÇÃO PARA RESTAURAÇÃO COLETIVA	Quantidade de alimentos distribuídos para a restauração coletiva (ton/ tipologia de restauração coletiva)	Academia; SIMAB/MARL
	DISTRIBUIÇÃO PARA RESTAURAÇÃO E HOTELARIA	Quantidade de alimentos distribuídos para a restauração e hotelaria (ton/ tipologia de restauração e hotelaria)	Academia; SIMAB/MARL; AHRESP
	FLUXOS	Quantidades de alimentos carregados e descarregados na área metropolitana de Lisboa por meio de transporte e por grupo de alimentos (ton/cargas e descargas/grupo de alimento)	Academia; SIMAB/MARL
	LOGÍSTICA	Índice de sustentabilidade do sistema de armazenamento, logística e distribuição	Academia; SIMAB/MARL
CONSUMO	CAPACITAÇÃO EDÍVEL	Capacitação edível (Kg/hab por grupo de alimento)	INE
	CIRCUITOS CURTOS	Quantidade de alimentos saudáveis, seguros e sustentáveis, produzidos a menos de 30 km que são usados na confeção de refeições coletivas preparadas (ton/tipologia de restauração coletiva), consumo local, intermédio ou final, por fileiras de produto e em cada área geográfica (município) (ton)	Câmaras municipais; academia; SIMAB/MARL
		Quantidade de alimentos saudáveis, seguros e sustentáveis, produzidos a menos de 30 km consumidos localmente, intermédio ou final, por fileiras de produto e em cada área geográfica (município) (ton)	Câmaras municipais; academia; SIMAB/MARL

TABELA 2 - Indicadores quantitativos para avaliação e monitorização do desempenho do sistema alimentar metropolitano na sequência da implementação da ETA-AML.

DIMENSÕES E CRITÉRIOS PARA AVALIAÇÃO E MONITORIZAÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DA ETA-AML		INDICADORES QUANTITATIVOS	ENTIDADE RESPONSÁVEL PELO FORNECIMENTO DA INFORMAÇÃO
CONSUMO	CIRCUITOS CURTOS	Quantidade de alimentos saudáveis, seguros e sustentáveis, produzidos a menos de 30 km e comercializados nas grandes superfícies (ton)	Câmaras municipais; academia; SIMAB/MARL
	VOLUME DE NEGÓCIOS	Volume de negócios com o volume da venda de produtos alimentares com marca e certificação asseguradas pela COPAreg (€/ano)	Câmaras municipais; academia; SIMAB/MARL
RESÍDUOS	REDE DE RECOLHA	Quantidade de resíduos orgânicos alimentares recolhidos (ton)	Câmaras municipais; academia; APA
	ESTAÇÕES DE VALORIZAÇÃO	Quantidade de resíduos orgânicos alimentares tratados em operação de valorização e quais (ton) e em operação de eliminação e quais (ton)	Câmaras municipais; academia; Empresas de valorização; APA
	COMPOSTO PARA SUBSTRATO AGRÍCOLA	Quantidade de composto obtido para devolução ao solo agrícola (ton)	Câmaras municipais; academia; Empresas de valorização; APA
	OUTRAS CADEIAS DE VALOR	Quantidade de resíduos orgânicos alimentares encaminhados para outras cadeias de valor (ton)	Câmaras municipais; academia; Empresas de valorização; APA
	PRODUÇÃO DE ENERGIA E GAZ NATURAL	Quantidade de energia e gás natural produzidos através do processo de valorização de resíduos alimentares orgânicos (Gj)	Câmaras municipais; academia; Empresas de valorização; APA

TABELA 2 - Indicadores quantitativos para avaliação e monitorização do desempenho do sistema alimentar metropolitano na sequência da implementação da ETA-AML.

BIBLIOGRAFIA

08

Associação Natureza Portugal (2021). Calculadora do Impacto das Dietas que Respeitam o Planeta. Projeto Eat4Change. ANP/WWF.

https://www.natureza-portugal.org/o_que_fazemos_222/alimentacao/eat4change/

Ajuntament de Barcelona (2022). Estratègia d'Alimentació Saludable I Sostenible Barcelona 2030. Resum Executiu.

Area Metropolitana de Barcelona (2020). Carta Alimentària de la Regió Metropolitana de Barcelona.

Bruxelles Économie eu Emploi (2015). Good Food Strategy. Towards a Sustainable Food System in the Brussels-Capital Region.

Candy, S., & Dunagan, J. (2017). Designing an experiential scenario: The people who vanished. *Futures*, 86, 136-153.

CCDRLVT (2022), Documento Enquadrador Estratégico – FoodLink, Rede para a Transição Alimentar na AML.

https://www.ccdr-lvt.pt/wp-content/uploads/2022/08/Relatorio-Enquadrador-FoodLink_04_07_2022.pdf

Duncan, J., & Claeys, P. (2018). Politicizing food security governance through participation: Opportunities and opposition. *Food Security*, 10, 1411-1424.

Esguerra, A. (2019). Future objects: tracing the socio-material politics of anticipation. *Sustainability Science*, 14(4), 963-971.

European Commission (2023). Towards sustainable food consumption. Promoting healthy, affordable and sustainable food consumption choices. An evidence review report and policy recommendations by the EU Scientific Advice Mechanism (SAM) on Sustainable Food Consumption.

https://research-and-innovation.ec.europa.eu/strategy/support-policy-making/scientific-support-eu-policies/group-chief-scientific-advisors/towards-sustainable-food-consumption_en

European Commission (2023). Food 2030 policy framework.

https://research-and-innovation.ec.europa.eu/research-area/environment/bioeconomy/food-systems/food-2030_en#timeline

European Parliament (2023). Ensuring food security and the long-term resilience of EU agriculture P9_TA(2023)0238, de 14 de junho.

https://www.europarl.europa.eu/doceo/document/TA-9-2023-0238_EN.html

Greater London Authority (2018). The London Food Strategy – Healthy and Sustainable Food for London.

Mairie de Paris (2017). *Stratégie de Paris por une Alimentación Durable*. Direction des Espaces Verts et de l'Environnement, Agence d'Ecologie Urbaine.

Muiderman, K., Zurek, M., Vervoort, J., Gupta, A., Hasnain, S., & Driessen, P. (2022). The anticipatory governance of sustainability transformations: Hybrid approaches and dominant perspectives. *Global Environmental Change*, 73, 102452.

Niza, S. e Oliveira, R. (2020). *Diagnóstico Participativo do Estado de Valorização dos Resíduos Alimentares em Lisboa*. Circular, Projeto CEMOWAS2, Lisboa-Enova.

http://lisboaenova.org/images/stories/Lisboaenova/Ebook_Diagnostico_2/mobile/index.html#p=1

Ochoa, C.Y. (2018) *El Parque Agrario: Planificación estratégica para la preservación y gestión de los espacios agrarios metropolitanos*. Available at:

<https://www.researchgate.net/publication/331113709>

Oliveira, Rosário. "FoodLink—A Network for Driving Food Transition in the Lisbon Metropolitan Area", *Land*, 2022, 11,

<https://doi.org/10.3390/land11112047>

<https://www.mdpi.com/2073-445X/11/11/2047/htm>

Oliveira, R. and Truninger, M. (2022) *Transição Alimentar na Área Metropolitana de Lisboa. A Rede Metropolitana de Parques Agroalimentares*. E-book, ICS-ULisboa.

<http://icsfoodhub.net/2022/02/08/publicacao-do-livro-a-transicao-alimentar-na-area-metropolitana-de-lisboa-rede-metropolitana-de-parques-agroalimentares/>

Oliveira, R., Amâncio, S. and Fadigas, L. (2017) *Alfaces na Avenida. Estratégias para (bem) alimentar a cidade*. CF3, Universidade de Lisboa.

<https://repositorio.ul.pt/handle/10451/31960>

Oliveira, R. and Morgado, M.J. (2016) Planning the urban Food System of the Lisbon Metropolitan Area. A conceptual Framework. In R. Roggema (Ed.) *Agriculture in an Urbanizing Society: Proceedings of the Sixth AESOP Conference on Sustainable Food Planning, "Finding Spaces for Productive Cities"* November 5–7, 2014. Leeuwarden, the Netherlands. Newcastle: Cambridge Scholars Publishing

Oliveira, R. (2014). *O Sistema Alimentar Urbano da Área Metropolitana de Lisboa: Análise e Diagnóstico*. Projeto ANATOLE; FCSH - UNL.

http://e-geo.fcsh.unl.pt/sites/default/files/dl/site2014/RelatorioANATOLE_print.pdf

Baptista, Pedro; Campos, Inês; Pires, Iva; Vaz, Sofia (2012). *Do Campo ao Garfo, Desperdício Alimentar em Portugal*. ISBN: ISBN 978-989-20-3438-6

Schmidt, L.; Truninger, M.; Guerra, J.; Fonseca, S.; Prista, P. e Silva, A. (2022). *Base de Dados do III Grande Inquérito à Sustentabilidade, ICS-ULisboa/OBSERVA e Missão Continente*.

The City of New York, Mayor Edic Adams (2023). *PlaNYC. Getting Sustainability Done*.

The City of New York, Mayor Edic Adams (2022). *Food Forward NYC: A 10-years Food Policy Plan*.

Vicealcaldia de Madrid (2022). *Estrategia de Alimentación Saludable y Sostenible de la Ciudad de Madrid (2022-2025)*.

Wiebe, K., Zurek, M., Lord, S., Brzezina, N., Gabrielyan, G., Libertini, J., ... & Westhoek, H. (2018). Scenario development and foresight analysis: exploring options to inform choices. *Annual Review of Environment and Resources*, 43, 545-570.

